relação a outros estados." Não é bem verdade. Eu participei da audiência pública. Eu escutei o representante do Tribunal de Justiça. Escutei a presidente da OAB.

E o estado de São Paulo, quando não é em primeiro lugar, em segundo lugar, em terceiro lugar, ou seja, o estado de São Paulo está entre os mais caros do País. Então não justifica esse aumento, nesse momento, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Então eu quero dizer que nós estamos discutindo no sentido de jogar para frente. Vamos conversar mais. Vamos debater e votar outros projetos de interesse da população.

Outro argumento. "Ah, mas o povo pobre, que precisa do acesso à Justiça, tem a Defensoria. É verdade, a Defensoria cumpre um papel muito importante na nossa sociedade. Nós, da esquerda, brigamos muito para ter a Defensoria.

Eu participei do movimento pró Defensoria Pública, lá nos anos 2000, 2001. Quando eu entrei aqui como deputado, em 2003, fui um dos que mais batalhei para que a gente aprovasse a lei que criou a Defensoria.

Agora, a Defensoria atende uma parcela da população, os mais pobres. Mas tem um setor assalariado, de trabalhadores, setores de renda média baixa, que precisam contratar um advogado quando têm um problema na Justiça. E vai ficar mais caro para esse trabalhador. Sua vida vai dificultar mais ainda, deputado Barros Munhoz.

Vossa Excelência, que vai disputar a Prefeitura de Itapira... Não vai? Mas o senhor tem conversado com a população, sabe que esse é um problema. Então eu queria ler essa conclusão, para encerrar essa minha intervenção, para reforçar porque nós somos contra, com esses argumentos.

O argumento de que o estado de São Paulo tem defasagem na cobrança das taxas judiciais em relação a outras unidades, não se sustenta na sua totalidade. Era o que seu estava falando aqui.

Uma vez que, quando comparamos a integridade de taxas cobradas, ao longo de todo o processo, e é considerado o teto de recolhimento permitido em cada unidade da Federação, São Paulo figura entre os maiores cobradores.

Muito embora tenha sido evidenciado que o estado de São Paulo cobra tributos relacionados aos serviços judiciais, em menor proporção que variadas unidades federativas, ou seja, outros estados, é sabido que a aprovação do projeto implicará no aumento dos tributos pagos pelos contribuintes para o acesso à Justiça.

Além disso, o aumento proposto não parece razoável. Ora com majoração de metade dos valores atualmente cobrados, ora com proposta de dobrá-los. De outro lado, apontamos que cabe ao Tribunal de Justiça apontar o impacto do acréscimo na arrecadação dos recursos, na hipótese de aprovação do projeto de lei, e melhor discutir a aprovação dos recursos adicionados com a medida proposta.

Isso é um item que a gente chamou a atenção nos debates também. O Judiciário não deixou muito claro e transparente o que vai fazer com essa arrecadação a mais. Não está claro no projeto de lei. Vai melhorar o trabalho dos advogados, para que eles possam prestar um melhor serviço, vai aumentar as varas? Não está claro.

Então é uma espécie de cheque em branco que a gente está dando aqui. É lógico que queremos ter uma boa relação com o Judiciário. Isso é fundamental entre os Poderes. Mas, nesse projeto, não fica claro como que vai ser, qual é a destinação desses recursos cobrados a mais.

É preciso que o órgão justifique a necessidade do recurso adicional, considerando que o seu orçamento tem tido anualmente bons resultados, com valores executados sempre acima daqueles inicialmente previstos, e que o órgão conta hoje com uma dotação bastante significativa, quando comparada a outros órgãos de especial relevância para o Estado e seus cidadãos. É aquilo que eu já citei aqui também.

Por isso, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, deputado André do Prado - com todo respeito a quem possa pensar diferente da gente, tem outra posição - por isso que nós somos contrários a esse projeto e, seguindo o debate que nós fizemos, se for a voto vamos votar contra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Simão Pedro. A pedido de seus líderes, vou estar suspendendo a sessão, por conveniência da ordem, por cinco minutos.

* * *

- Suspensa às 18 horas e 40 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 44 minutos, sob a Presidência do Sr. André do Prado.

* * *

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Reaberta a sessão.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Carlos Cezar, líder do PL.

O SR. CARLOS CEZAR - PL – PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, em acordo construído com todos os líderes da Casa, nós vamos dar por discutido cinco horas, hoje, deste projeto, com uma hora para discutirmos amanhã, sendo três parlamentares da oposição e um da situação.

E, depois, fazer os encaminhamentos da votação. Cada liderança partidária terá a liberdade para fazer os seus encaminhamentos. É esse o acordo que foi construído.

Havendo acordo com todas as lideranças, com esse acordo registrado por V. Exa., eu requeiro o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Antes de levantar a sessão, consulto todos os deputados que estão no plenário, lideranças...

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Gostaria que o deputado Luiz Claudio Marcolino confirmasse o acordo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Luiz Claudio Marcolino, líder aqui do PT.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Quer Paula fazer? Monica.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Monica Seixas, então.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT – PARA COMUNICAÇÃO - Nós, que estamos aqui na oposição, temos esse entendimento, e acho que é importante também a deputada Monica reafirmar o compromisso. São quatro, fica amanhã uma hora para a decisão de amanhã, encaminhamentos. Sendo três falas da oposição e uma fala da base do governo.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Tem o compromisso da bancada da Federação PSOL REDE.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Então, havendo o compromisso de todos os senhores líderes, tanto situação, quanto oposição, e deputados em plenário, em liderança do Governo, antes, porém, de levantar a presente sessão, desconvoco a segunda sessão extraordinária na data de hoje.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Que horas inicia a discussão amanhã?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Amanhã na primeira extra... a partir de 16 horas e 30 minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Ok. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Havendo acordo de lideranças, está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 46 minutos.

* * *

## 23 DE AGOSTO DE 2023
## 87ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS, PROFESSORA BEBEL, CARLOS GIANNAZI, DIRCEU DALBEN e DONATO

## RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão ou às 16 horas e 30 minutos. Convoca reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Administração Pública e Relações do Trabalho, de Finanças, Orçamento e Planejamento, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Transportes e Comunicações e de Assuntos Desportivos, a realizar-se hoje, às 16 horas.
2 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
3 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - PROFESSORA BEBEL
Assume a Presidência.
7 - SIMÃO PEDRO
Para inscrição, faz pronunciamento.
8 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - PRESIDENTE PROFESSORA BEBEL
Comenta o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.
10 - FABIANA BARROSO
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência. Parabeniza a deputada Fabiana Barroso, pelo seu trabalho.
12 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Tece comentários acerca de matéria relativa à educação do estado de São Paulo.
14 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
15 - DANI ALONSO
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
16 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
17 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Comenta o pronunciamento da deputada Professora Bebel.
18 - PAULO MANSUR
Por inscrição, faz pronunciamento.
19 - CAPITÃO TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
20 - DIRCEU DALBEN
Assume a Presidência.
21 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
22 - DONATO
Por inscrição, faz pronunciamento.
23 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
24 - DONATO
Assume a Presidência.
25 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
26 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
27 - PRESIDENTE DONATO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 24/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.
* * *
- Passa-se ao

## PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Alô, vamos lá, senhora TV Alesp.

Presente o número regimental de Sras. Deputas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, convocação:

Nos termos do Art. 100, inciso I do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje às 16 horas e 30 minutos ou dez minutos após o término da presente sessão, em cumprimento ao interstício mínimo, previsto no §3º do Art. 100, do Regimento Interno, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: Projeto de lei nº 1.084, de 2023, de autoria do senhor governador, que ratifica o protocolo de intenções firmado entre os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com a finalidade de constituir o Consórcio e Integração dos Estados do Sul e Sudeste do Brasil - Cosud.

Assina a presente convocação, o nobre deputado presidente desta Casa, André do Prado.

Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, nos termos do disposto, do Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68 do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Administração Pública e Relações do Trabalho; Finanças, Orçamento e Planejamento; Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Transportes e Comunicações; Assuntos Desportivos; a realizar-se hoje, às 16 horas, no salão nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar os seguintes projetos: Projeto de lei no 10, de 2023, de autoria do deputado Rogério Nogueira e outros; Projeto de lei no 254, de 2022, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi e outros; Projeto de lei no 280, de 2023, de autoria da deputada Marina Helou; Projeto de lei no 308, de 2023, de autoria do deputado Donato e outros; PLC 61, de 2023, de autoria do deputado Reis; Projeto de lei no 725, de 2023, de autoria do deputado Maurici; Projeto de lei no 81, de 2023, de autoria do deputado Thiago Auricchio; Projeto de lei no 871, de 2023, de autoria do deputado Helinho Zanatta; e Projeto de lei no 645, de 2023, de autoria do deputado Felipe Franco.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, passamos então ao Pequeno Expediente, chamando, para fazer uso da palavra, o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino.

Tem V. Exa. o tempo regimental no Pequeno Expediente.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Queria uma pequena comunicação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem V. Exa., enquanto o deputado se dirige à tribuna.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu não poderia deixar de fazer essa comunicação que eu considero de suma importância, Sr. Presidente, porque no dia de ontem nós acabamos com o teto de gastos...

Não o teto de gastos, mas com responsabilidade... Hoje tem um arcabouço fiscal, que foi aprovado e que deixou de fora um fundo que, para nós, tem uma importância fundamental, que é o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica.

São os recursos da Educação básica. E foi uma luta que, como na época eu presidia e, neste momento, presido também... Não só por isso eu faria esse movimento, até porque a pauta tem a ver com a minha militância toda e minha causa, que é a Educação.

Nós conseguimos ter o Fundeb permanente, que foi uma vitória da sociedade educacional naquele momento. Então, se entrasse no teto de gastos, a gente ficaria incomodado com isso.

E a gente conseguiu, por força do movimento da Educação no Brasil. Ontem eu estava em Brasília, e a gente até se sentou com as bancadas do Senado. Quando a gente viu o sinal verde, a gente entendeu que foi, de novo, garantida essa vitória de o Fundeb ficar fora do arcabouço fiscal. É claro: nós temos muita discussão para fazer.

Fiquei triste que a Ciência, Tecnologia e Inovação não ficou fora, mas penso que um grande movimento social pode, sim - porque é um PLC -, aprimorar e garantir que a Ciência, Tecnologia e Inovação, assim como o piso da enfermagem, fique fora também. Porque são políticas estruturantes para garantir a qualidade de vida do povo brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Parabéns, deputada Bebel. Acho que essa é uma luta importante da Educação, da Saúde, da Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, eu recebi aqui uma solicitação, a partir da Comissão de Saúde, da nossa vereadora, que também já foi a nossa prefeita na cidade de Registro, Sandra Kennedy, que tem feito um trabalho brilhante na cidade de Registro, inclusive na área da Saúde.

Ela traz uma demanda muito importante em relação ao Hospital São João, em Registro, que completa, nobre deputado Simão Pedro, 60 anos de fundação agora no próximo dia 19 de setembro.

Só que atualmente o São João, que é um dos mais tradicionais hospitais da região do Vale do Ribeira e tem exercido um papel preponderante na área de assistência hospitalar, é uma entidade de caráter filantrópico, ela é conveniada ao Sistema Único de Saúde, o SUS, a qual disponibiliza anualmente, no mínimo, 80% dos leitos e das consultas ambulatoriais da cidade de Registro é feita pelo Hospital São João, em Registro.

Além disso, ele presta atendimento local a outros municípios da região em saúde de baixa e média complexidade; internação clínica, cirúrgica, obstétrica e pediátrica; e, principalmente, em urgências médicas. Também é uma referência em maternidade, além de realizar cirurgias eletivas ofertando suporte aos hospitais próximos, bem como todas as cidades do Vale do Ribeira.

Só que ontem, ela me trouxe essa demanda colocando que é necessário que haja um apoio efetivo a esse hospital, porque o Hospital São João está em processo de renovação de um convênio, nobre deputada Bebel, que venceu no mês de junho de 2023. É um convênio complementar ao "Mais Santas Casas", que integra exclusivamente o orçamento estadual.

Então é de responsabilidade do governador do estado de São Paulo o repasse desse recurso. Estamos falando de um valor - que deveria ser liberado à Santa Casa - de 19 milhões de reais, com parcela mensal de um milhão e 600 mil reais.

Esse é o montante, o valor que deveria ser passado à cidade de Registro para o Hospital São João, o problema é que há quatro semanas, até agora, não há uma previsão de pagamento, o processo continua em análise no Comitê Gestor Público da Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo.

O Comitê Gestor foi criado para analisar convênios e propostas de todas as secretarias do Governo do Estado de São Paulo acima de 300 mil reais, ou seja, quem decide sobre o repasse é a Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, mesmo sendo a demanda da Saúde no estado de São Paulo.

A falta desse repasse já acarretou - no caso da cidade de Registro e do Hospital São João - o atraso de salários do mês de julho de 2023 e poderá repercutir, se não for corrigido e repassado esse valor, também nos salários do mês de agosto.

Já está acarretando inadimplência com fornecedores e médicos, o que pode provocar falta de insumos e precariedade num serviço tão importante para a região do Valo do Ribeira, principalmente para a cidade de Registro.

Vale ainda ressaltar, que o referido hospital conta hoje com 450 colaboradores diretos e indiretos impactando na economia municipal da cidade. Essa questão vem ganhando corpo e a vereadora Sandra Kennedy, da cidade de Registro, já havia levantado esse problema, nobre deputado Simão Pedro, há alguns meses atrás, antes, inclusive, do processo de renovação do convênio.

Então a gente sabe que essa demanda não é uma demanda apenas da cidade de Registro, tem acontecido também em quase 20 outras cidades ou Santas Casas no estado de São Paulo, mas alguns ainda vão renovar o convênio até o final do ano.

E no caso de Registro já venceu, nobre deputado Gilmaci, nós temos ouvido isso em todas as cidades, a questão da renovação dos convênios.

Estamos colocando aqui a necessidade da renovação do convênio na cidade de Registro, no Hospital São João, para garantir rapidamente o pronto-atendimento para a cidade, que não acarrete perda ou prejuízo aos salários dos funcionários, dos fornecedores e que o atendimento à população, em relação à saúde, não fique prejudicado e não pare nos próximos dias.

Então eu queria agradecer a oportunidade, Sr. Presidente, agradecer a nobre vereadora Sandra Kennedy por trazer essas demandas para a Assembleia Legislativa, na Comissão de Saúde, para que a gente possa dar visibilidade para todo estado de São Paulo e cobrar a Casa Civil.

Queria, inclusive, Sr. Presidente, que meu discurso fosse encaminhado à Casa Civil, que fosse encaminhado também à Câmara Municipal de Registro e ao Hospital São João, cobrando aqui as providências e que seja restabelecido o convênio o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Será feito da forma regimental. Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde aos deputados aqui presentes, às pessoas que acompanham esta sessão aqui na galeria e virtualmente, e também a todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Eu venho aqui hoje, Sr. Presidente, fazer coro à indignação de deputados, que já se manifestaram essa semana, na semana passada, com relação aos recentes acontecimentos da Secretaria de Educação daqui do estado de São Paulo.

Infelizmente, quando o secretário Feder assumiu, na verdade quando o governador Tarcísio anunciou que o secretário Renato Feder seria o secretário de Educação, nós ficamos bastante atônitos com essa escolha porque nós já sabíamos o que isso significaria.

Apesar de não ter grande experiência com a educação pública e com a escola pública, como deveria ter um secretário de Educação, infelizmente o secretário foi nomeado.

O Feder foi nomeado secretário da Educação aqui, e ele já tinha, no seu currículo, a Secretaria de Educação do estado do Paraná. E, com isso, também ter sido o grande promotor da transformação de escolas no Paraná em escolas cívico-militares, o que para nós é uma grande afronta à educação.

E, assim que chegou aqui, de julho a agosto, algumas medidas bastante problemáticas foram tomadas pelo secretário e nós não poderíamos deixar de vir aqui falar sobre elas.

Em primeiro lugar, no final de julho, no final do recesso parlamentar e também das escolas, a Secretaria de Educação emitiu uma portaria determinando monitoramento obrigatório em sala de aula.

Isso significa que os diretores ficaram obrigados a fazer um relatório com o que observavam de práticas pedagógicas dos professores, e esse relatório seria encaminhado à diretoria de ensino de cada uma das regiões.

Nós defendemos que esse tipo de determinação de monitoramento viola diretamente os princípios constitucionais de liberdade de cátedra, a valorização do ensino emancipatório e também a jurisprudência do STF, Supremo Tribunal Federal, consolidada no julgamento da inconstitucionalidade do projeto Escola Sem Partido.

Se não fosse só isso, além disso, Tarcísio e Feder ainda se envolveram em uma grande polêmica, com relação aos livros didáticos, ao determinar a exclusão do estado de São Paulo do Programa Nacional do Livro Didático. Então, pela primeira vez na história, o estado de São Paulo correu o risco de estar fora do Programa Nacional do Livro Didático.

Entre muitas idas e vindas, o governador foi obrigado a recuar, foi muita pressão popular. E, também, o meu companheiro de bancada, Carlos Giannazi, ajuizou uma ação e com isso também conseguiu uma liminar que retrocedeu nesse projeto. Isso, para gente, foi uma grande alegria.

Em agosto, além disso, a comunidade escolar foi surpreendida novamente pela Secretaria de Educação, porque foi instalado um aplicativo, Minha Escola, nos celulares de professores, estudantes e responsáveis, sem qualquer autorização.

Essa medida afronta diretamente a Lei Geral de Proteção de Dados. Até agora nós não temos resposta por parte da Secretaria de Educação do motivo pelo qual isso foi feito, o dano causado. E isso, também, nos preocupa muito.

Além de todos esses fatos que dizem respeito diretamente à educação, à sala de aula, à liberdade de cátedra, o Ministério Público abriu recentemente uma investigação contra o secretário Feder, uma vez que o Governo do Estado fechou mais três contratos com a Multilaser - a empresa que o Feder tem ações - e, portanto, lucra a partir dessa empresa.

Esses são apenas os contratos que foram firmados depois que Renato Feder já ocupava o cargo de secretário de Educação. Nós sabemos que existem mais contratos entre a pasta de Educação e a Multilaser, e isso configura um conflito de interesses - o que deve, realmente, ser investigado.

Então, quero compartilhar aqui com as pessoas que nos acompanham algumas iniciativas que o nosso mandato tomou. Em primeiro lugar, nós enviamos dois requerimentos de informação: um requerimento de informação questionando sobre o Programa Nacional do Livros Didático e também sobre o monitoramento obrigatório - sem resposta.

E nós, também, enviamos um outro requerimento de informação, questionando informações ao secretário sobre a instalação do aplicativo sem autorização nos celulares, tablets de toda a comunidade escolar.

Nós enviamos, também, representações ao Ministério Público sobre o fato de o governo ter dispensado o processo de licitação para adquirir livros didáticos e ter entregue as atividades para uma empresa, a Bookwire Brasil; e nós também enviamos uma representação para o Ministério Público sobre a portaria da Secretaria falando para os diretores fiscalizarem aula dos professores, além de uma representação sobre a instalação de aplicativos nos celulares dos professores.

Quero fazer coro com os deputados que têm falado sobre esse tema nesse plenário, reiterando que é necessário que o governador tome providências com relação à manutenção do secretário Feder no cargo diante de tantos casos de irregularidade que vêm sendo demonstrados.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputada. Deputado Vinicius Camarinha. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputado Rafa Zimbaldi. (Pausa.) Deputado Reis.

O SR. REIS - PT - Quero saudar os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, a deputada Professora Bebel, o deputado Luiz Claudio Marcolino, o deputado Simão Pedro, o deputado Major Mecca, o deputado Conte Lopes. Quero saudar também o público presente, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal e da Polícia Técnico-Científica. Quero saudar, ainda, o presidente que sai, presidente Gilmaci, e a presidenta que entra, a presidenta Bebel, e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Professora Bebel.

* * *

Bom, Sr. Presidente, Sra. Presidenta, ontem, eu comecei a falar aqui sobre a questão da falta de efetivo da Polícia Militar. Como as informações vieram aos pedaços, até falei que a informação era no modelo Frankstein. Hoje eu vou falar sobre os claros, como diz o comandante Major Mecca, os claros existentes na Polícia Civil.

Eu recebi hoje as informações para que a gente divulgue - e possa cobrar o governo, porque é muito importante que a polícia esteja estruturada, que esteja preparada para atender bem o cidadão.

Delegacias fechadas não ajudam em nada, falta de funcionários, demora para registrar ocorrências... Nós queremos um serviço de qualidade, um serviço eficiente, e para isso precisa contratar gente, precisa fazer concurso público.

O governo até agora ainda não publicou o edital no "Diário Oficial", para que os candidatos possam se inscrever nos concursos tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar.

É sabido, pela informação que foi trazida aqui - informação oficial, nós solicitamos via requerimento de informação - que temos uma defasagem no cargo de escrivão.

O déficit de escrivães de polícia é de 3.795 escrivães. Então, quando a pessoa vai fazer um boletim de ocorrência, ou vai à delegacia, ou à própria Polícia Militar, vai levar um flagrante lá na Central de Flagrantes, é demorado, às vezes. É o resultado por estarem faltando 3.795 escrivães.

Aí o governo manda a informação de que tem o suprimento de 1.600 que está em andamento. São de um concurso promovido pelo governo anterior, e que há uma autorização para fazer um novo concurso para suprir vagas de 1.333 escrivães.

O fato é que eles não estão na instituição, né? O fato de dizer "Eu tenho um concurso em andamento" - ainda não houve nomeações, não houve posses – isso não responde ao clamor, não responde a essa demanda.

Para investigador de polícia, 4.056 investigadores é o que hoje o estado teria que contratar. Com a falta de investigadores, obviamente, os crimes não são elucidados. Se não tem investigação, as pessoas cometem os delitos e não são punidas; e, quando não são punidas, a violência aumenta, ela cresce.

Então, é muito importante que sejam contratados investigadores. É muito importante que se faça concurso, até porque, com essa ausência de investigadores, aqueles que estão traba-